

Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro*

Jose Alderir da Silva**

Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Mestrando em Economia Regional pela UFRN

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar se a desindustrialização em voga no País tem como causa a doença holandesa. A entrada de capitais e a valorização dos preços internacionais das "commodities" brasileiras têm provocado apreciação do câmbio real na última década. No entanto, seus efeitos sobre a indústria de transformação sugerem que a doença holandesa, no Brasil, ocorreu apenas de forma relativa, dado que a estrutura produtiva do País não perdeu elos importantes que possam ter causado a reprimarização. Por outro lado, precisa-se de medidas para evitar efeitos mais nocivos sobre a indústria e, portanto, sobre o desenvolvimento do Brasil.

Palavras-chave: desindustrialização; doença holandesa; taxa de câmbio.

Abstract

The purpose of this article is to identify whether deindustrialization in vogue in the country is caused Dutch disease. Capital inflows and the appreciation of the Brazilian international commodity prices has led to the appreciation of the real exchange rate in the last decade. However, its effect on the manufacturing industry suggests that the Dutch disease in Brazil occurred only in relative terms, given that the country's productive structure has lost important links may have caused reprimarization. Moreover, it takes measures to prevent more harmful effect on the industry and therefore on the growth and development of Brazil.

Key words: de-industrialization; Dutch disease; exchange rate.

Introdução

O Brasil tem sofrido, desde a crise financeira de 2008-09, com uma perda de participação relativa mais brusca de sua indústria de transformação, conhecida, na literatura, como desindustrialização. Essa desindus-

trialização pode ser derivada de diversos fatores, como o aumento da produtividade do trabalho, a elasticidade-renda da demanda, a terceirização, a nova divisão internacional do trabalho, a redução do investimento e, por fim, a doença holandesa.

Diversos estudos argumentam que as aberturas comercial e financeira nas décadas de 80 e 90, combinadas com a valorização dos preços das *commodities* no período mais recente, estes últimos alavancados pela demanda da China e da Índia, têm provocado a desindustrialização via doença holandesa (Bresser-

* Artigo recebido em 25 maio 2013.

Revisora de Língua Portuguesa: Valesca Casa Nova Nonnig.

** E-mail: josealderir16@hotmail.com

-Pereira, 2008; Marconi; Barbi, 2010; Palma, 2005; Shafaeddin, 2005).

Apesar da apreciação quase contínua da taxa de câmbio real desde 2004, o saldo comercial começou a se reduzir apenas recentemente. Esse fenômeno é compatível com o mal holandês, ou seja, câmbio apreciado com superávit comercial.

Portanto, o objetivo deste artigo é identificar se o Brasil foi ou não contaminado pela doença holandesa nos últimos anos. Se sim, qual o antídoto para se obter a cura brasileira? Se não, como se pode evitar um possível contágio?

Argumenta-se, neste trabalho, que a indústria brasileira tem perdido espaço para produtos importados em setores tradicionais e intensivos em tecnologias, caracterizando-se como um processo de desindustrialização precoce, mas em estágio inicial. A doença holandesa, de fato, tem sido uma das principais causas, dadas a valorização dos preços internacionais e a entrada de capitais no período. No entanto, trata-se ainda de apenas uma pequena febre, uma vez que a indústria não perdeu elos importantes de sua cadeia produtiva, de modo que a reprimarização ainda é algo distante da economia brasileira. Porém, se não houver uma mudança no regime macroeconômico atual, a indústria brasileira corre sérios riscos de tornar-se uma indústria maquiladora.

Este artigo está organizado em mais quatro seções além desta **Introdução**. Na seção 1, é exposta a base teórica de sustentação da pesquisa. Na seção 2, é argumentado que a desindustrialização precoce tem-se feito presente na economia brasileira. Na seção 3, identifica-se a doença holandesa no Brasil. Por fim, apresenta-se a **Conclusão**.

1 Desindustrialização e doença holandesa

1.1 Desindustrialização

A teoria ortodoxa tradicional¹, além da orientação excessiva pelo lado da oferta, não dá importância à possibilidade de um setor específico liderar o crescimento econômico, o relevante é que a economia cresça independentemente do setor que a lidere. Como o crescimento é determinado pelo mercado, esse é quem determina qual o setor mais dinâmico em dado

momento. Portanto, o governo não deve beneficiar determinados setores através de políticas que tenham por objetivo proteger, sustentar ou ampliá-los. Sendo o crescimento de longo prazo determinado pela acumulação de fatores e pelo progresso técnico, a discussão sobre qual setor determina o crescimento no curto prazo é irrelevante.

Por outro lado, a teoria heterodoxa acredita que a indústria tem papel fundamental para o crescimento, sendo considerada o motor do crescimento econômico. Portanto, o governo não apenas pode como deve realizar políticas setoriais (Kaldor, 1967). Assim, o enfraquecimento da indústria seria prejudicial ao crescimento econômico de longo prazo.

No entanto, o desenvolvimento econômico é inerente à desindustrialização, podendo ser dividido em três fases. Inicialmente, a agricultura concentra maior participação em termos de emprego e produto nos totais nacionais. Mas, conforme sua produtividade aumenta, o setor industrial tende a ganhar destaque, elevando sua participação relativa na renda, em relação à agricultura e aos serviços. Isso ocorre, segundo Adam Smith (1996, p. 203), porque o desejo da alimentação de todos os homens é limitado pelo tamanho do seu estômago. Em seguida, o setor industrial cede espaço ao de serviços, dado que, em algum momento, a participação dos serviços supera a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB).

Essa terceira fase é o que se conhece como desindustrialização natural, conotação de sucesso econômico. Todavia espera-se que o país nessa situação possua uma estrutura produtiva moderna e diversificada, com produtividade relativamente alta e suficiente para evitar problemas de balanço de pagamentos, além de uma renda *per capita* semelhante à dos países desenvolvidos.

No entanto, o termo desindustrialização também possui uma conotação negativa (desindustrialização precoce). Isto é, a desindustrialização pode ocorrer antes que sua estrutura produtiva esteja modernizada e diversificada, de modo que a renda *per capita* ainda não tenha alcançado níveis satisfatórios, semelhantes aos dos países desenvolvidos.

Essa desindustrialização pode ser identificada a partir de dois conceitos difundidos na literatura. Rowthorn e Wells (1987) definem-na como sendo a queda persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país (ou região). Tregenna (2009) define a desindustrialização como a redução consistente tanto da participação do emprego como do Valor Adicionado da indústria no emprego total e no PIB, respectivamente.

¹ Ver Solow (1956), Romer (1986) e Krugman (1979).

Segundo esses conceitos, a desindustrialização pode ocorrer pela interação de diversos fatores:

- **produtividade** - como a produtividade tende a ser maior na indústria do que em outros setores, esse diferencial provoca a queda de preços dos produtos industriais *vis a vis* aos produtos não industriais, de modo que sua participação no PIB diminua e a dos demais setores aumente (Dasgupta; Singh, 2006; Nassif, 2008; Palma, 2005; Rowthorn; Wells, 1987);
- **elasticidade de demanda da indústria** - à medida que a renda *per capita* aumenta de forma consistente, a elasticidade de demanda por produtos industriais tende a se reduzir, portanto, perdendo participação relativa no PIB para os demais setores, sobretudo, serviços. Assim, conforme esse processo ocorre, a participação do emprego industrial também é reduzida em contrapartida ao aumento do emprego dos demais setores (Clarck, 1957; Dasgupta; Singh, 2006; Palma, 2005; Rowthorn; Wells, 1987);
- **terceirização** - relocação da mão de obra da indústria para o setor de serviços, ou seja, atividades antes realizadas por indústrias são agora desenvolvidas por firmas especializadas do Setor Terciário. Portanto, o emprego é "industrial", mas contabilizado estatisticamente como de serviços (Palma, 2005; Tregenna, 2009);
- **nova divisão internacional do trabalho** - a força de trabalho barata e o aumento da terceirização nos países em desenvolvimento tornam os produtos desses mais competitivos, aumentando suas exportações para os países industrializados e, portanto, reduzindo o emprego industrial nestes últimos (Nassif, 2008; Palma, 2005);
- **investimento** - a variação da participação da indústria no PIB é influenciada pelo investimento, portanto, quanto maior o nível de investimento, maior será a participação da indústria no emprego e no PIB, e vice-versa (Krugman, 1987; Nassif, 2008);
- **doença holandesa**² - o aumento das exportações primárias ou dos serviços, ao valorizar a taxa de câmbio real efetiva, prejudica o setor industrial e, portanto, reduz sua participação no PIB (Bresser-Pereira, 2008; Frankel, 2012).

² Este trabalho concentra-se neste último fator. Para uma melhor compreensão dos demais fatores, ver Nassif (2008).

Contudo, Palma (2005) desenvolveu um novo conceito de doença holandesa, onde o autor considera que tais efeitos também podem ser derivados da política macroeconômica.

Todos esses fatores podem levar à desindustrialização natural ou precoce, entretanto são necessárias algumas observações.

Por outro lado, quando se trata da desindustrialização precoce, a estrutura produtiva do país pode ser reprimarizada. Isso pode ocorrer, em países ricos em recursos naturais e/ou diante de políticas macroeconômicas voltadas à liberalização do comércio.³ Nessas circunstâncias, o futuro da indústria doméstica fica comprometido, tendo como grande desafio a reindustrialização (Tregenna, 2011).

Em segundo lugar, a desindustrialização precoce, geralmente, é acompanhada de especialização e regressão da estrutura produtiva, causada, frequentemente, pelo que ficou conhecido na literatura por "*dutch disease*" (doença holandesa). Porém a desindustrialização precoce pode ocorrer mesmo na ausência da doença holandesa.

1.2 Doença holandesa (*Dutch disease*)

O termo "doença holandesa" (*Dutch disease*) foi mencionado pela primeira vez na revista semanal inglesa **The Economist**, em 1977, para descrever os efeitos nocivos sobre a indústria holandesa derivados da descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte, nos anos 1960-70. A entrada de divisas na Holanda ocasionada pela exportação de gás natural provocou a valorização da moeda holandesa (florim), reduzindo a competitividade de suas indústrias e, portanto, causando a desindustrialização.⁴

Assim, inicialmente, pode-se definir doença holandesa como a especialização produtiva de um país, quer ele possua ou não certo grau de industrialização, na produção de produtos intensivos em recursos naturais. Ao gerar vantagens competitivas derivadas de rendas ricardianas, tal especialização modifica a pauta de exportações e, portanto, gera aumento das receitas em moeda estrangeira. Na ausência de uma política

³ Ver Palma (2005), Shafaeddin (2005) e Dasgupta e Singh (2006).

⁴ Outros casos foram analisados na literatura, como a descoberta do ouro na Austrália, no século XIX (Blainey, 1970), e o fluxo de ouro da América para Espanha, no século XVI (Forsyth; Nicholais, 1983).

cambial que opere de forma a compensar esse efeito, ocorre sobreapreciação da taxa de câmbio real. Essa reduz a competitividade da indústria doméstica *vis à vis* à do resto do mundo, tendo como consequência a retração da produção e/ou exportação de bens comercializáveis mais intensivos em tecnologia e com maior valor agregado. Ou seja, ocorre uma espécie de “reprimarização ou especialização regressiva” da pauta de exportação e da estrutura produtiva (Bresser-Pereira, 2008).

Na ausência de fatores que revertam o processo descrito, a estrutura produtiva é reprimarizada, e a indústria é sucateada, restando apenas cadeias com menores encadeamentos com o resto da economia, como, por exemplo, a indústria de alimentos.⁵ E, portanto, a descoberta dos recursos naturais, ao invés de “benção”, torna-se “maldição” para o país.⁶

Portanto, a desindustrialização causada pela doença holandesa sempre terá uma conotação negativa. No entanto, a doença holandesa não implica, necessariamente, déficit no saldo da balança comercial, uma vez que o superávit de bens primários é suficiente para cobrir o déficit dos bens manufaturados.

Corden e Neary (1982) foram os pioneiros na modelagem da doença holandesa. Nesse modelo, a definição da desindustrialização não é menos importante. Mais tarde, o modelo foi aprimorado por Corden (1984). Em síntese, o modelo especifica a existência de três setores: (a) o setor de comercializáveis em expansão⁷ (*booming sector*), (b) o setor de bens comercializáveis em atraso (indústria) e (c) o setor de bens não comercializáveis (serviços).

Por hipótese, o crescimento do setor de comercializáveis em expansão é derivado do progresso técnico, da descoberta de recursos e/ou de mudanças nos preços relativos dos produtos desse setor. Suponha-se, por exemplo, que ocorra a descoberta de recursos naturais que aumente o crescimento do setor em expansão. Esse *boom*, inicialmente, aumenta a renda do setor em expansão e gera a apreciação cambial, reduzindo a competitividade dos bens manufaturados comercializáveis e, portanto, causando a doença holan-

desa conforme a definição da revista inglesa. No entanto, parte da renda extra do setor em expansão será gasta dentro do próprio setor, e outra parte será gasta no setor de bens não comercializáveis, sobretudo nos serviços. Diante disso, parte do aumento da demanda será refletida em aumento de preços domésticos. Por consequência, *ceteris paribus*, a taxa de câmbio real torna-se ainda mais apreciada. Esse processo é denominado, na literatura, de **efeito de gasto**. Essa sobreapreciação cambial provoca a queda da participação do emprego industrial no emprego total e da produção no PIB. Portanto, a desindustrialização precoce predomina na economia e, dependo da elasticidade-renda da demanda por serviços,⁸ a estrutura produtiva pode ser reprimarizada. Nesse caso, a demanda por produtos manufaturados é totalmente atendida via importações.

Contudo esse efeito de gasto pode não existir, se a elasticidade-renda da demanda por serviços for igual a zero e se a apreciação cambial for controlada pelo governo, com o banco central possuindo reservas internacionais suficientes para evitar a queda do câmbio real. Assim, a indústria é preservada e a desindustrialização é sustada.

Não obstante isso, o efeito de gasto não é o único decorrente da descoberta de recursos naturais. Tem-se também o efeito de **movimento de recursos**. Para aumentar a produção no setor em expansão e continuar aumentando a renda, será necessário contratar mais mão de obra, tornando o salário real no setor maior que nos demais, reduzindo o emprego nesses e aumentando o emprego no setor em expansão. Contudo a rentabilidade do capital também tende a mudar a favor deste último setor, reduzindo o capital nos demais setores comercializáveis e não comercializáveis. Desse modo, ocorrem a redução da produção e do emprego nos dois setores não afetados pelo *boom* e o aumento da produção e do emprego no setor em expansão. Em outras palavras, acontece o (efeito) movimento de recursos (capital e trabalho) dos demais setores para o setor rico em recursos naturais. Consequentemente, esse efeito provoca, dependendo do grau de utilização desses fatores no setor em expansão, a desindustrialização precoce e a reprimarização da estrutura produtiva. Porém sem, necessariamente, haver a apreciação cambial.

Quando os dois efeitos são considerados simultaneamente, o movimento de recursos tende a intensificar a apreciação do câmbio real. A queda do emprego e do capital no setor de não comercializáveis reduz

⁵ Bresser-Pereira (2008) considera a doença holandesa como uma falha de mercado que, quando não devidamente neutralizada, se constitui em obstáculo fundamental ao crescimento econômico. Porém essa falha de mercado pode ser corrigida pela administração da taxa de câmbio.

⁶ A descoberta de recursos naturais não implica, necessariamente, maldição. A maldição manifesta-se em países que tenham uma sociedade atrasada, com instituições fracas, que favorecem a corrupção, e sistemas financeiros subdesenvolvidos e, ainda, em países não democráticos (Frankel, 2012).

⁷ Rico em recursos naturais.

⁸ Quanto maior a elasticidade-renda da demanda por serviços, maior o risco de a estrutura produtiva ser reprimarizada.

sua oferta, gerando, portanto, um excesso de demanda que acaba refletindo-se em novo aumento de preço e, conseqüentemente, intensificando a apreciação do câmbio real. Parte do emprego dispensado no setor de comercializáveis é absorvida no setor de serviços, gerando, assim, a desindustrialização.

O tamanho final de um *boom* é ponderado pelos efeitos de gasto e de movimento de recursos. Os pesos de cada efeito são determinados pela elasticidade-renda da demanda por serviços e pelo grau de utilização de capital e trabalho no setor em expansão.⁹

Krugman (1987), ao tratar as receitas derivadas dos recursos naturais como transferência do exterior para a economia em questão, argumenta que, quanto maiores o volume e o tempo de duração dessas transferências, mais difícil será recuperar o padrão de especialização anterior. Caso as transferências perdurem por muito tempo, a mudança estrutural pode ser definitiva.

Em outro estudo pioneiro, Palma (2005) elabora um novo conceito de doença holandesa. Ao analisar uma amostra de 105 países, o autor identificou que a doença holandesa também pode surgir de políticas macroeconômicas desastrosas. Palma separa a amostra em dois grupos: (a) países que perseguem um superávit no setor de manufaturas, para cobrir o déficit em outros setores; e (b) países que, embora sejam capazes de gerar um superávit em bens primários ou serviços, perseguem uma estratégia de industrialização na busca de um superávit comercial no setor industrial. Em sua análise, o autor observa, em um grupo de países industrializados e em fase de industrialização, que a desindustrialização é causada por um fenômeno adicional.

Esse fenômeno está associado a uma onda súbita de exportações de produtos primários ou serviços (particularmente em países que não haviam desenvolvido esses fatores anteriormente) ou, como no Cone Sul da América, com uma mudança súbita na política econômica (Palma, 2005, p. 16).

Resumindo, esse fenômeno está relacionado à doença holandesa. Assim, a doença holandesa pode ser entendida como um processo em que a descoberta de recursos naturais e/ou de serviços (como turismo e serviços financeiros) faz com que o país passe de um grupo para outro: do grupo de países que buscam um

superávit na indústria para o grupo capaz de gerar um superávit comercial em bens primários. Em outras palavras, ocorre a regressão da estrutura produtiva. Por outro lado, a doença holandesa, em alguns países latino-americanos, pode ter origem nas mudanças drásticas do regime de política econômica, em especial nas liberalizações comercial e financeira, nesses países, durante a década de 90.

O Brasil e os três países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) eram os países mais industrializados dessa região. No entanto, após as mudanças no regime de política econômica, tornaram-se também os países com maiores níveis de desindustrialização.

O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição ricardiana "natural", isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos (Palma, 2005, p. 22).

Não obstante isso, alguns países, apesar de serem abundantes em recursos naturais e em mão de obra, conseguiram neutralizar a doença holandesa e desenvolver a indústria manufatureira. Segundo Palma, esses países (China, Índia e Turquia) "[...] nadaram contra a maré" da desindustrialização.

Bresser-Pereira (2008) desenvolve um modelo de doença holandesa, com base na existência de rendas ricardianas, distinguindo dois equilíbrios para a taxa de câmbio: um taxa de equilíbrio corrente¹⁰ e outra taxa de equilíbrio para a indústria¹¹. Países abundantes em recursos naturais e em mão de obra têm um custo de produção menor em relação aos bens importados intensivos em tais recursos, gerando rendas ricardianas derivadas de exportações. Essas exportações geram um excesso de divisas no país, que torna o câmbio apreciado em nível superior ao que seria necessário para tornar os bens industriais competitivos. Dessa forma, a economia tende a se especializar em setores intensivos em recursos naturais e abundantes em mão de obra.

Contudo a intensidade da doença holandesa depende do grau das rendas ricardianas e da apreciação cambial. Quanto maior for a renda ricardiana, maior será o diferencial entre as duas taxas de câmbio de equilíbrio definidas anteriormente e, portanto, mais perversa será a doença holandesa, e vice-versa. Em

⁹ Corden (2012) também analisa o efeito de gasto decorrente do comércio internacional e da entrada de capitais. Quanto maior for o gasto com importações e maior for a entrada de capitais (e/ou menor a saída), maior será o gasto doméstico, e vice-versa. Nessa análise, o autor também incorpora o controle da taxa de câmbio pelo banco central.

¹⁰ Definida como a taxa que equilibra a conta de transações correntes.

¹¹ Definida como a taxa que permite o setor industrial ser competitivo.

um país sem doença holandesa, as duas taxas de câmbio serão iguais. A doença holandesa pode ocorrer em economias que descobrem recursos naturais nas seguintes situações: (a) países que nunca produziram bens manufaturados, podendo inclusive perpetuar a doença holandesa; (b) em economias que, embora industrializadas, não tenham conseguido neutralizar a doença holandesa, ao descobrir um recurso primário abundante novo; e (c) economias favorecidas pela mudança nos termos de troca derivada do aumento dos preços das *commodities*.

Nestas duas últimas situações, haverá uma apreciação cambial sem uma redução do superávit comercial, a desindustrialização tornar-se-á inevitável, e as empresas exportadoras de bens industriais aumentarão os componentes importados em sua produção, transformando, gradualmente, a indústria de transformação doméstica em uma indústria “maquiladora”¹² (Bresser-Pereira, 2008).

Entretanto, a intensidade da doença holandesa, além de variar de país para país, variará em cada país dependendo do preço internacional do bem ou dos que lhe dão origem. Quanto mais se elevarem os preços internacionais de uma *commodity*, mais apreciada será a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e mais grave se tornará a doença holandesa (Bresser-Pereira, 2008, p. 56).

No modelo de Ricardo, os proprietários desfrutavam exclusivamente das rendas das terras mais férteis. No caso da doença holandesa, os consumidores também são beneficiados, por comprarem bens comercializáveis relativamente mais baratos, já que a taxa de câmbio apreciada reduz os preços dos bens importados. Contudo, diferentemente do modelo de Ricardo, é possível neutralizar a doença holandesa, isto é, a sobreapreciação cambial derivada das exportações de recursos naturais pode ser evitada através do controle da taxa de câmbio.

A questão importante é identificar até que ponto a desindustrialização precoce discutida acima é prejudicial às perspectivas de crescimento a longo prazo. A desindustrialização precoce não pode ser uma condição patológica, resposta normal à evolução dos gostos e da tecnologia. Contudo é preocupante, quando países em desenvolvimento apresentam sinais de desindustrialização em termos de produção e de emprego, uma vez que isso implica que grande parte do excesso de trabalho da agricultura tende a permanecer na agricultura, ou ser direcionado para setores industriais e de serviços com baixa produtividade, portanto, redu-

zindo a produtividade da economia como um todo (Dasgupta; Singh, 2006). Diante disso, a economia tende a ter seu crescimento limitado por restrições externas, devido à maior vulnerabilidade do balanço de pagamentos às oscilações dos preços das *commodities*.

O Brasil conseguiu desenvolver um grande parque industrial, considerado o maior da América Latina, desde a década de 30 do século XX. Contudo a crise da dívida, as aberturas comercial e financeira nas duas décadas seguintes e a ascensão dos preços internacionais das *commodities* nos anos 2000 têm provocado a desaceleração da indústria frente ao setor de serviços. Por outro lado, a renda *per capita* do País continua abaixo da das economias avançadas, caracterizando um processo de desindustrialização precoce. Resta identificar se essa desindustrialização é derivada da doença holandesa. Esse é o objetivo da próxima seção.

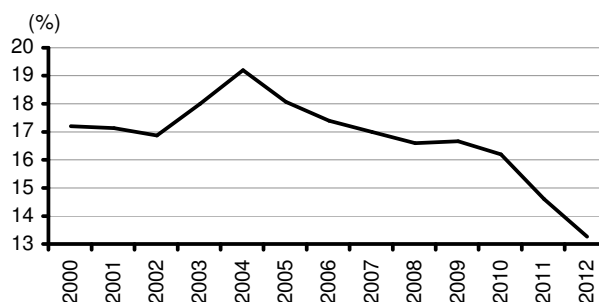
2 O Brasil está em processo de desindustrialização?

Analisando os indicadores tradicionais da desindustrialização, como já assinalado, a redução do emprego industrial no emprego total (Rowthorn; Wells, 1987) e a redução do Valor Adicionado da indústria no PIB (Tregenna, 2009), para o caso brasileiro, pode-se concluir que o País passa por um processo de desindustrialização precoce, quando se consideram os dados no agregado.

Em primeiro lugar, como pode ser visto no Gráfico 1, a redução da participação do Valor Adicionado da indústria de transformação no PIB pós 2004 é evidente. Em 2004, o Valor Adicionado da indústria representava cerca de 19% do PIB; no final de 2012, esse valor estava abaixo dos 14%, uma redução no crescimento da participação de 31%.

Gráfico 1

Participação do Valor Adicionado industrial no Produto Interno Bruto (PIB), a preços básicos, no Brasil — 2000-12



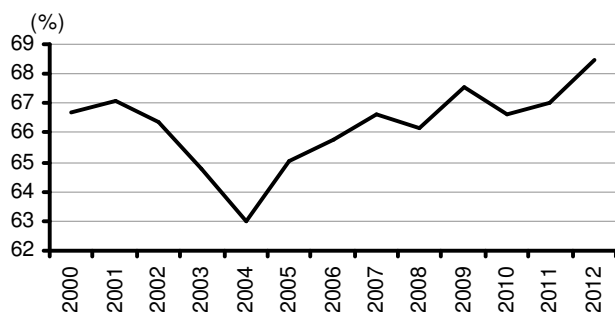
FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

¹² Uma indústria montadora de bens manufaturados, cujos insumos e componentes são importados.

Por outro lado, enquanto a indústria segue em declínio, o Setor Terciário ganha destaque (Gráfico 2). Depois de 2004, a trajetória do setor dos serviços, apesar de algumas inflexões, é crescente, apresentando um crescimento de 8,7% no período.

Gráfico 2

Participação do Valor Adicionado dos serviços no Produto Interno Bruto (PIB), a preços básicos, no Brasil — 2000-12



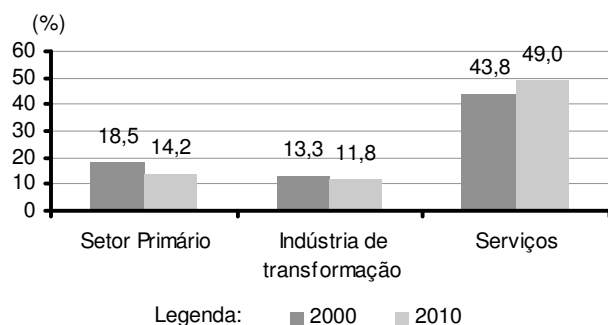
FONTES: Ipeadata (Ipea, 2013).

Outro fator que corrobora a tese da desindustrialização (como mostrado por Palma (2005), Oreiro e Feijó (2010) e Squeff (2012)) é o fato de a desaceleração da indústria, ou seja, o *turning point*, iniciar-se antes de a renda *per capita* atingir níveis de países desenvolvidos. Segundo dados da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2004), em 1986, quando a indústria atingiu sua maior participação no PIB, a renda *per capita* a preços de 2000 era de US\$ 3.554, valor inferior ao verificado nos países em desenvolvimento de alta renda, quando esses atingiram o *turning point* (US\$ 6.478 em 1988).

Em termos de emprego, a desindustrialização também é evidente. Comparando os Censos Demográficos de 2000 e de 2010, observa-se uma perda relativa do emprego industrial para o setor serviços.

Gráfico 3

Participação do emprego setorial no emprego total, no Brasil — 2000 e 2010

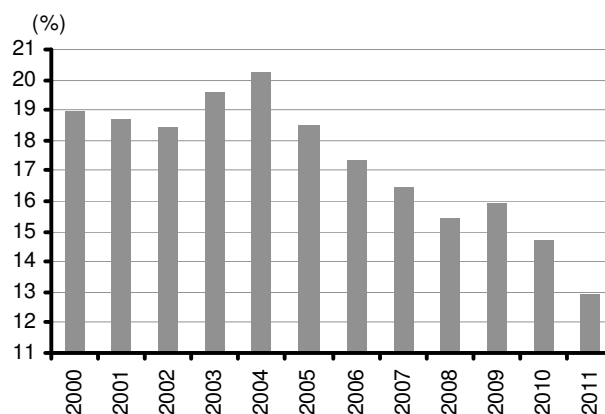


FONTES: Ipeadata (Ipea, 2013).

Apesar de essa perda relativa do emprego industrial não se ter refletido na queda absoluta da produção industrial,¹³ a produtividade do trabalho na indústria caiu (Gráfico 4). Observa-se que essa segue uma trajetória de declínio ao longo do período em estudo, apresentando um decréscimo de 32% entre 2000 e 2011.

Gráfico 4

Oscilação da produtividade do trabalho da indústria de transformação do Brasil — 2000-11



FONTES: Ipeadata (Ipea, 2013).

NOTA: Produtividade expressa pela razão do Valor Adicionado (VA) pelo pessoal ocupado (PO).

Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2012), está ocorrendo a convergência do nível de produtividade dos macrossetores menos produtivos (serviços e agropecuária) com o do macrossetor de maior produtividade, a indústria. Contudo essa convergência se deve à combinação de taxas de crescimento da produtividade maiores nos serviços e na agropecuária, com o decréscimo apresentado pela indústria. Enquanto a produtividade do trabalho aumentou, em média, 0,9% ao ano de 2000 a 2009, a produtividade da indústria de transformação diminuiu 0,9% no mesmo período. Portanto, mesmo desconsiderando o efeito da apreciação cambial, a indústria de transformação perdeu competitividade tanto pela redução da produtividade do trabalho como pelo aumento dos custos de produção. A apreciação cambial pode estar acelerando o processo de desindustrialização.¹⁴

¹³ A produção da indústria de transformação cresceu 26% entre os anos 2000 e 2012. Contudo a desindustrialização é compatível com o crescimento da produção absoluta (ver seção 1).

¹⁴ Prova disso é que, mesmo com o câmbio real depreciado no final do primeiro e no início do segundo semestre, a indústria continuou "patinando".

Enquanto isso, a produtividade dos serviços e da agropecuária cresceu 0,5% e 4,3%, respectivamente, no mesmo período. Esse diferencial de produtividade torna o custo de produção elevado: quanto menor a produtividade, maior o custo de produção. Se os produtores conseguem repassar esse aumento de custos para os preços, conseguem preservar sua rentabilidade. O problema é que os preços entre os setores estão submetidos a condições distintas. Como os serviços estão pouco sujeitos à concorrência internacional, o custo elevado é repassado para os preços. A agropecuária tem-se beneficiado duplamente com o aumento da produtividade e com os preços internacionais elevados. Por outro lado, a indústria é prejudicada duplamente com a queda da produtividade e com o aumento da concorrência externa proporcionado pelo câmbio apreciado.

Assim, esse *boom* derivado dos preços internacionais das *commodities* tem gerado um efeito de gasto e de movimento de recursos sobre a economia brasileira, embora ainda incipiente, que está provocando a desindustrialização relativa da indústria nacional.

Como a questão da desindustrialização precoce está intrinsecamente ligada à apreciação cambial para a grande maioria dos autores que a defendem, é importante analisar os efeitos do câmbio sobre alguns indicadores, a fim de identificar se o Brasil foi contaminado ou não pela doença holandesa. Esse é o objetivo da próxima seção.

3 O Brasil está doente?

A indústria brasileira nascente foi atacada por uma espécie de doença holandesa até meados dos anos 60 do século XX. A indústria nascente no País foi fortemente atacada pelas exportações de café, que representavam cerca de dois terços das exportações totais na década de 50. Quebras de safras, dada a inelasticidade da demanda, eram violentamente correlacionadas com a taxa de câmbio, isso quando havia liberdade cambial (Delfim Netto, 2006). Uma quebra da safra de café derivada de secas, por exemplo, provocava a redução da oferta e, conseqüentemente, o aumento dos preços internacionais, aumentando a entrada de divisas no País e, portanto, valorizando a taxa de câmbio real. Essa taxa de câmbio sobreapreciada prejudicava a indústria nascente e estimulava a produção de bens com vantagens comparativas. Esse processo foi descrito por Eugênio Gudín como “café e câmbio”.

O auge da industrialização no Brasil ocorreu entre os anos de 1930 e 1970, via processo de substituição de importações.¹⁵ Entretanto houve, durante todo esse período, um controle cambial, para evitar o processo descrito acima e, portanto, estimular a industrialização. Em meados da década de 70, foi introduzido o regime cambial “*crawling-peg*”, onde a taxa de câmbio era corrigida pela diferença entre a taxa de inflação interna e a externa, além de estímulos à diversificação da pauta de exportação, que foram fundamentais para anular o processo que ficou conhecido, mais tarde, como doença holandesa.¹⁶

No período recente, dois fatores são frequentemente citados como responsáveis pela sobreapreciação cambial, ou seja, pela doença holandesa. Depois da mudança de regime cambial em 1999, o déficit do Saldo da Balança Comercial (SBC) começou a ser reduzido e tornou-se superavitário em 2001, portanto, diminuindo o déficit em transações correntes, sendo o principal responsável pelo ingresso líquido de divisas no País, no período 2001-06. O Efeito-China e o Efeito-Índia pressionaram a demanda mundial por *commodities*, que se traduziu no aumento dos preços internacionais,¹⁷ de modo que o saldo comercial foi beneficiado por esse movimento, gerando um superávit em transações correntes em 2003-07. No mesmo período, a Conta de Capital e Financeira (CCF) pouca importância tinha sobre a apreciação cambial.

A partir de 2007, esse movimento entre as duas contas se inverteu. O saldo em transações correntes deteriorou-se de 2006 em diante, e a CCF passou a ter superávits cada vez maiores, apesar de algumas inflexões, por crises externas, no período 2007-12 (Gráfico 5).

Assim, o excesso de divisas no mercado cambial brasileiro, provocado por essas duas contas, certamente teve efeitos na sobreapreciação cambial, no período em questão. Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2010), isso ocorreu por causa da eliminação dos mecanismos que neutralizavam a doença holandesa desde os anos 30, como as aberturas financeira e comercial no início dos anos 90.

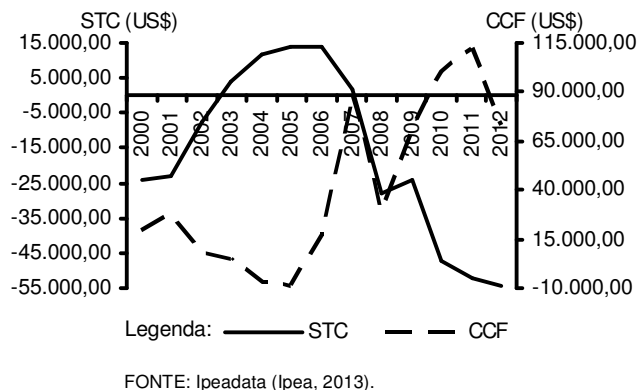
¹⁵ Ver Tavares (1973).

¹⁶ Ver Bielschowsky (1995).

¹⁷ Prates (2007) considera as condições macroeconômicas globais, o Efeito-China e os choques climáticos de oferta os principais responsáveis por essa alta generalizada dos preços das *commodities*.

Gráfico 5

Evolução do saldo em transações correntes (STC) e da Conta de Capital e Financeira (CCF), no Brasil — 2000-12

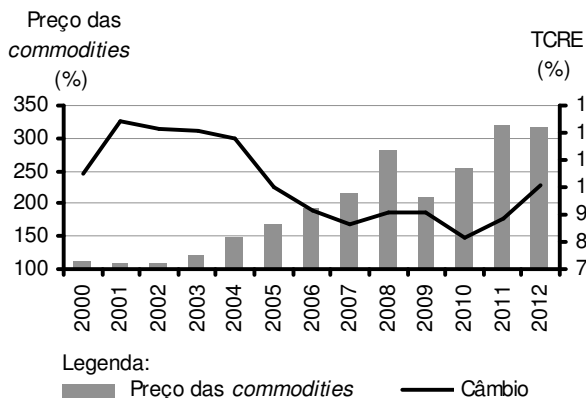


Temendo pelo agravamento da desaceleração industrial, o Governo baixou juros e aumentou o imposto (Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)) na entrada de capitais, interrompendo a apreciação cambial em 2011-12.

Os preços das *commodities* também estão correlacionados com a taxa de câmbio real (Gráfico 6). Depois de um período de deflação na segunda metade da década de 90, a trajetória de alta dos preços internacionais iniciou-se em 2002 e seguiu até a crise de 2008-09, recuperando-se, rapidamente, nos três anos seguintes. O câmbio seguiu o mesmo caminho, no entanto, desviou-se dele em 2012, certamente pelas políticas de curto prazo impostas pelo Governo e enunciadas no parágrafo anterior.

Gráfico 6

Evolução do preço das *commodities* e da taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



Embora seja preciso realizar outros testes, as regressões expostas nos Gráficos 7, 8, 9, 10, 11 e 12, em que se relacionam os preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo Brasil e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE), mostram que a valorização dos preços pode ter tido um impacto no câmbio pouco significativo no período 2000-12.

Gráfico 7

Relação entre o preço internacional da commodity carne e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12

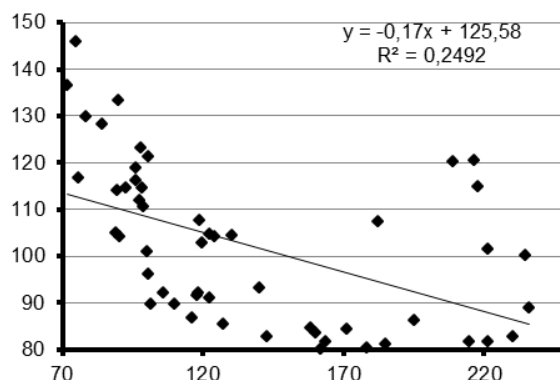


Gráfico 8

Relação entre o preço internacional da commodity açúcar e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12

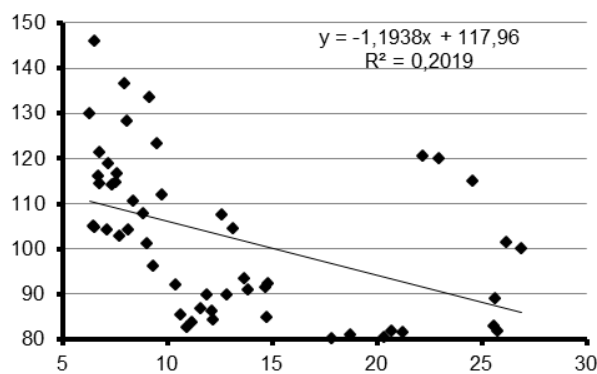
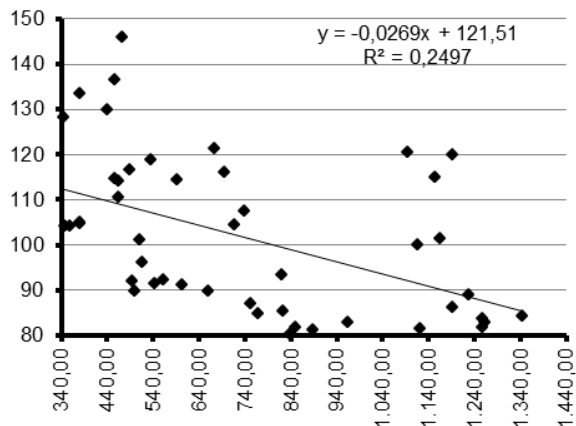


Gráfico 9

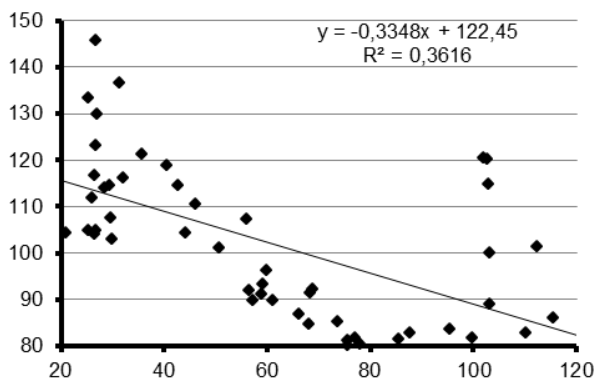
Relação entre o preço internacional da commodity soja e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Gráfico 10

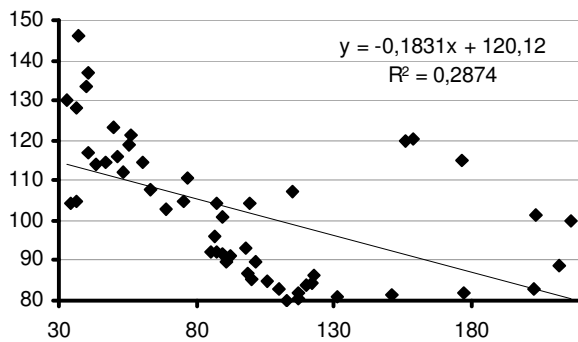
Relação entre o preço internacional da commodity petróleo e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Gráfico 11

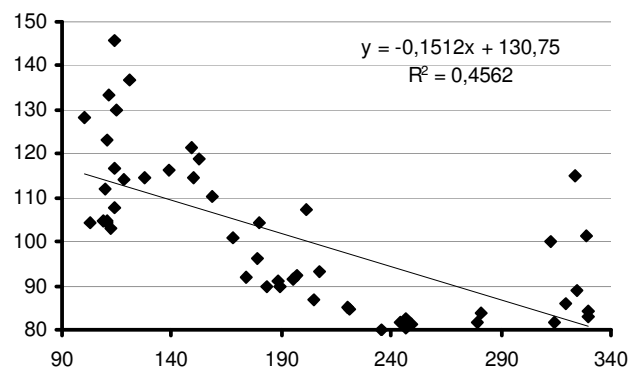
Relação entre o preço internacional da commodity café e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Gráfico 12

Relação entre o preço internacional geral das commodities e a taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



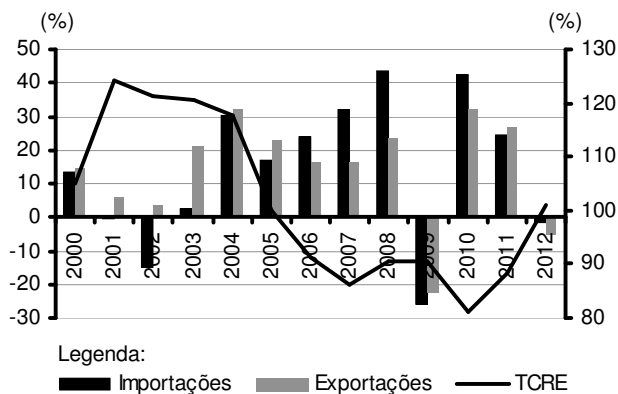
FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Resta analisar o impacto dessa sobreapreciação cambial sobre as importações e as exportações brasileiras, ou seja, se o superávit decadente da balança comercial foi financiado por *commodities* e se as importações substituíram a produção doméstica. Em outras palavras, se o Brasil, de fato, foi contaminado pela doença holandesa.

As importações apresentaram crescimento significativo, principalmente após 2005. Essas já apresentavam crescimento expressivo em 2000, ocorrendo a inflexão negativa em 2001-02, devido à depreciação cambial pré-eleições presidenciais, mas ocorrendo sua recuperação no ano seguinte, quando a taxa de câmbio real seguiu apreciando-se, continuamente, até 2011. Portanto, observam-se dois períodos distintos durante a última década. Primeiro, ocorreu um processo de substituição de importações relativo, isto é, o aumento da produção doméstica substituiu parte das importações, sobretudo, devido ao aumento do investimento, já que o crescimento das importações colou no crescimento das exportações, no período 2000-05. E, no segundo período, 2006-11, ocorreu o processo inverso, conhecido como “desubstituição de importações” ou “substituição de exportações”. No entanto, diferentemente do período anterior, o crescimento das importações não foi seguido de perto pelo das exportações. As desacelerações das economias da Europa, da China e da brasileira, aliadas à depreciação cambial derivada das políticas de intervenção do Banco Central do Brasil (Bacen), além do maior controle de capitais, traduziram-se no baixo crescimento das exportações e das importações nos últimos dois anos da série. O câmbio depreciado não foi suficiente para aumentar as exportações, dada a crise externa.

Gráfico 13

Taxa de crescimento das exportações e das importações de bens e serviços e taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



Legenda:
 ■ Importações ■ Exportações — TCRE

FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Esse movimento das importações é interpretado de forma distinta entre parte da ortodoxia e novos desenvolvimentistas. Em síntese, os primeiros argumentam que as importações não têm causado a desindustrialização, mas, sim, a modernização da estrutura produtiva brasileira. Os novos desenvolvimentistas dizem que a apreciação do câmbio e dos preços das *commodities* é nocivo à indústria nacional, porque substitui os produtos nacionais por importados, gerando a especialização regressiva da estrutura produtiva através da doença holandesa.

Uma forma de esclarecer esse debate é utilizando-se o coeficiente de penetração das importações¹⁸ na indústria de transformação, ou seja, a participação de importações no consumo aparente doméstico (Gráfico 14).

O crescimento do coeficiente de penetração das importações ocorre desde 2003 e de forma quase contínua, tendo apenas uma inflexão em 2009, resultado da depreciação cambial decorrente da crise financeira nesse ano. O coeficiente de penetração das importações, que correspondia a 10,3% em 2013, passou para 19,4% em 2011, ou seja, 19,4% do consumo de bens manufaturados, no Brasil, foram atendidos por importações em 2011, um crescimento de 88% em oito anos. O coeficiente de penetração das exportações¹⁹ alcançou 18,7% em 2005, mas seguiu uma trajetória de queda ao longo da década, chegando a 14,6% em

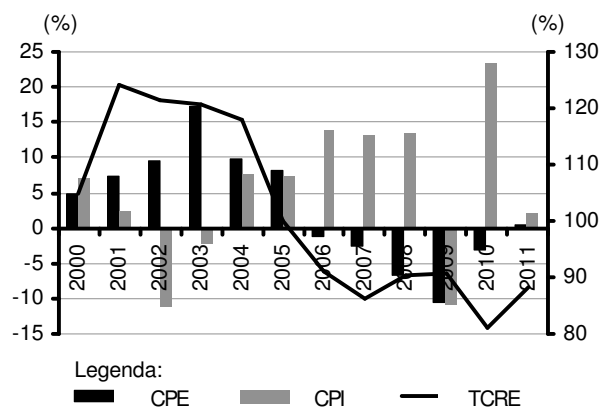
¹⁸ Calculado sobre fluxos acumulados em quatro trimestres, a preços constantes de 2007, é o percentual do consumo aparente (oferta interna) atendido pelas importações, sendo dado por: produção – exportação + importação.

¹⁹ Calculado sobre fluxos acumulados em quatro trimestres, a preços constantes de 2007, é o percentual do valor total da produção destinado às exportações.

2011, um crescimento negativo de 22% em oito anos. Em termos de taxa de crescimento, depois do pico de 17% em 2003, apresentou um decréscimo para 11% em 2009 e alcançou praticamente zero em 2011. Diante disso, o mundo consumiu menos produtos brasileiros na última década.

Gráfico 14

Taxa de crescimento do coeficiente de penetração das importações (CPI) e do coeficiente de penetração das exportações (CPE) da indústria de transformação e taxa de câmbio real efetiva (TCRE) no Brasil — 2000-11



Legenda:
 ■ CPE ■ CPI — TCRE

FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Portanto, a apreciação cambial está causando efeitos nocivos sobre o crescimento das exportações da indústria de transformação e, ao mesmo tempo, substituindo a demanda interna por importações. Mas é importante também mencionar que os anos 2000-09 são caracterizados por crescimento expressivo (exceto durante os anos de crise) do PIB, sendo mais um fator que contribuiu para o aumento da parcela do consumo doméstico por importações.

Em contrapartida para os ortodoxos, como pôde ser visto, a indústria está modernizando-se com o aumento das importações de bens de capital, que estão acelerando o progresso técnico. Desde 2004, está ocorrendo ampliação das importações de bens de capital, alcançando uma taxa de crescimento de 35% em 2008.

Contudo, segundo Oreiro e Missio (2010), o efeito positivo do câmbio sobre o progresso técnico está limitado aos setores de produtos *tradables*, cujos *mark-ups* são elevados. No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, esses setores estão associados aos setores produtores de *commodities* e não necessariamente ao setor dinâmico da economia, o industrial.

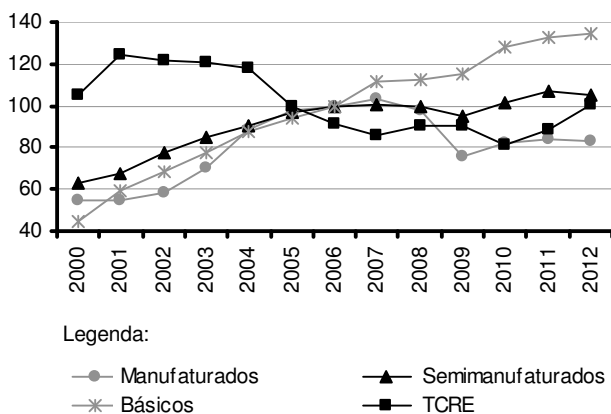
Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2010), essa sobreapreciação do câmbio tem provocado a desin-

dustrialização através da doença holandesa, prejudicando o setor industrial de maior intensidade tecnológica, que deveria estar liderando o desenvolvimento, e não ficando para trás. Segundo os autores, enquanto a China está tornando-se a fábrica mundial, e a Índia, a produtora universal de *softwares*, o Brasil está transformando-se na fazenda internacional.

Os Gráficos 15 e 16 sintetizam bem o argumento dos autores. A participação dos produtos básicos nas exportações brasileiras está tornando-se o “motor do crescimento econômico”, papel que deveria ser da indústria. A participação dos produtos básicos cresceu quase 90% nos anos 2000-09, com participação média de 34%.

Gráfico 15

Índice de Quantum das exportações de bens manufaturados, de bens semimanufaturados e bens básicos e taxa de câmbio real efetiva (TCRE) do Brasil — 2000-12



FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

NOTA: Índice de Quantum com base na média de 2006 = 100.

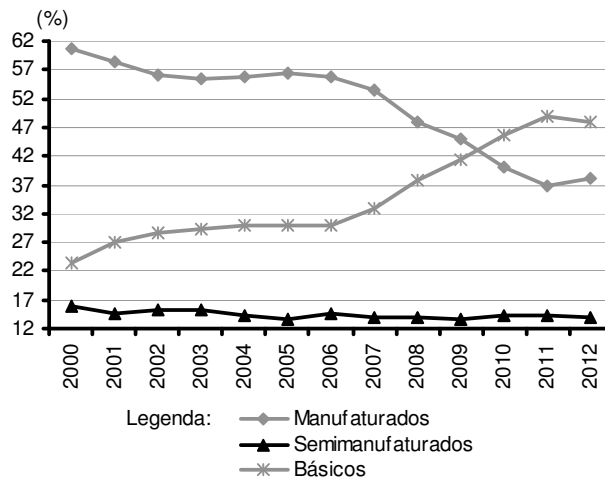
A participação dos produtos semimanufaturados manteve-se praticamente estável durante toda a década, com média de 14%. Entretanto a preocupação maior é com os produtos manufaturados. A participação desses, em 2000, era de 59% e, em 2010, foi reduzida para 39%, um decréscimo de 33% em 11 anos. Em 2011-12, a queda foi interrompida, mas o agravamento da crise internacional pode levar a novas reduções na participação, num período curto.

Conforme pode ser observado no Gráfico 16, a participação dos produtos básicos superou a participação dos produtos manufaturados em 2010. A tentativa do Governo de depreciar o câmbio e a crise internacional contribuíram para que a diferença fosse reduzida no período subsequente, entretanto não foi suficiente aumentar de forma expressiva a participação dos manufaturados. Portanto, verifica-se uma tendên-

cia à reprimarização da pauta de exportação no período em estudo.

Gráfico 16

Participação dos bens manufaturados, semimanufaturados e básicos no total das exportações do Brasil — 2000-12



FONTE: Ipeadata (Ipea, 2013).

Quando são analisados em termos de *quantum*, os produtos básicos seguem a mesma tendência, superando os produtos manufaturados, definitivamente, em 2007. Por outro lado, os produtos manufaturados, que mostravam certa reação, entram em declínio.

Filgueiras *et al.* (2012), argumenta que esse processo se iniciou no primeiro Governo Lula, quando a tendência à apreciação cambial retornou e consolidou-se, e, sobretudo, durante o segundo Governo Lula, quando o Efeito-China passou a se manifestar de forma mais intensa na economia mundial. Nesse cenário, crescem as dificuldades da indústria de transformação em competir fora e dentro do País, enquanto as *commodities* agrícolas aumentam as suas participações nas exportações.

Não obstante isso, os dados acima merecem algumas observações. Em primeiro lugar, os subsetores da indústria de transformação que perderam espaço na pauta de exportações foram os subsetores tradicionais, que concorrem via preço no mercado internacional. Em segundo lugar, a pauta de exportações do País continua bastante diversificada. Conforme mostram estudos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC),²⁰ as *commodities* ainda têm pouca representatividade, cerca de 25%, de modo que a especialização regressiva não se confirma. Mas são necessárias medidas para neutralizar a

²⁰ Ver Brasil (2013).

apreciação cambial; caso contrário, a estrutura produtiva corre o risco de ser reprimarizada e a indústria de ser sucateada. Em terceiro lugar, a penetração das importações no País é relativamente baixa, quando comparada com a da média mundial, mas não deixa de preocupar, uma vez que uma política voltada para o consumo e com câmbio apreciado acaba tendo por consequência a substituição da produção doméstica por produtos importados. Por fim, pode-se afirmar que a reprimarização ainda se encontra em estágio inicial, dado que houve ganhos dos produtos primários, impulsionados pelo aumento da demanda por *commodities* e por novas descobertas de reservas de petróleo no Brasil.

Assim, conclui-se, neste trabalho, que existe, no Brasil, uma espécie peculiar de doença holandesa, que, embora esteja prejudicando a indústria nacional, ocasiona efeitos distintos entre os subsetores, dado que a indústria tradicional tem sido a principal prejudicada pelo câmbio sobreapreciado.

Apesar disso, é preciso neutralizar a doença holandesa, antes que ela tome proporções maiores. O Governo tem tentado evitar a apreciação cambial através de controles de capitais, mas, para alguns autores²¹, a introdução de um imposto sobre as exportações de *commodities*, como a Austrália e a Argentina fizeram recentemente, seria fundamental para eliminar a sobreapreciação.

Mas o problema da indústria vai muito além do câmbio apreciado, esse apenas camufla uma série de problemas estruturais da economia brasileira, como a falta de infraestrutura adequada, o custo elevado da força de trabalho, a carga tributária alta, a educação precária, *spreads* elevados acima de uma das maiores taxas de juros do mundo. Uma taxa de câmbio competitiva pode ajudar a indústria temporariamente, mas a resolução desses problemas geraria benefícios duradouros sobre a indústria e a economia, tornando o País competitivo e mais desenvolvido, com a elevação da renda *per capita*.

Conclusão

Este trabalho tem por objetivo contribuir para o debate sobre o processo de doença holandesa e desindustrialização no Brasil. Conclui-se que a doença holandesa em voga no País é apenas relativa, uma vez que a indústria, apesar de ter perdido participação no emprego e na produção, nos últimos anos, continua

tendo uma participação significativa na pauta de exportação. No entanto, é preciso neutralizar a apreciação do câmbio e, principalmente, resolver problemas estruturais, para que essa doença não se agrave.

No segundo semestre de 2012, na tentativa de estimular o investimento privado e reduzir o custo da indústria, o Governo implementou um conjunto de ajustes²², como: (a) redução dos juros de empréstimos e, portanto, aumento da margem de lucro; (b) desoneração de encargos previdenciários da folha salarial de setores específicos; (c) maior proteção comercial a setores específicos; (d) desoneração do Imposto de Importação para máquinas e equipamentos; (e) redução das tarifas de energia; (f) pacote de concessões em infraestrutura. Contudo são medidas, exceto as concessões em infraestrutura, temporárias, e apenas adiam o problema, mas não o resolvem.²³

Portanto, a política econômica que vise desvalorizar o câmbio de forma a tornar a indústria brasileira mais competitiva deve ser realizada via três instrumentos: em primeiro lugar, utilizar novas formas de controle da inflação que não seja o câmbio, como, por exemplo, o controle do crédito, a redução do grau de indexação dos serviços públicos e através de instrumentos fiscais para controlar a inflação de custos; em segundo lugar, maior controle na entrada de capitais especulativos e/ou uma taxa de juros próximo da média mundial, no caso desta última, para reduzir o custo fiscal de carregamento das reservas internacionais e estimular o investimento; em terceiro lugar, e dependendo da situação externa, o Imposto de Exportação de *commodities* (Bresser-Pereira; Marconi, 2010; Filgueiras *et al.*, 2012; Loures; Oreiro, 2013; Oreiro, 2013).

Outra maneira de aumentar a eficiência da indústria nacional, alternativa à desvalorização cambial, é taxar as importações de produtos concorrentes dos nacionais e/ou reduzir o Imposto de Exportação de produtos de setores específicos. Essas medidas geram, inclusive, superávit no balanço de pagamentos.²⁴ São políticas que envolvem inúmeras dificuldades e, portanto, requerem ações do Governo rígidas (uma vez que uma desvalorização implica queda dos salários reais e, conseqüentemente, do consumo no curto prazo), com o propósito de desenvolvimento sustentável do Brasil.

²¹ Ver Bresser-Pereira (2008).

²² Isto é, diferentemente do Governo Lula, o Governo Dilma tenta uma nova estratégia de crescimento, além da liderada pelo consumo, alterando a rentabilidade da indústria.

²³ Ver, em Serrano e Summa (2012), as críticas a esses ajustes.

²⁴ No entanto, a segunda opção seria preferível à primeira, já que esta última constitui uma política do tipo *beggar-thy-neighbor*.

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- BLAINEY, G. A. Theory of mineral discovery: Australia in the nineteenth century. **The Economic History Review**, v. 23, n. 2, p. 298-313, 1970.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Balança Comercial Brasileira: dados consolidados**. Brasília, D. F.: SECEX/MDIC, 2013. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1380655032.ppt>. Acesso em: 1º out. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 207-230.
- CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: MacMillan, 1957.
- CORDEN, W. M. Booming sector and Dutch disease economics: survey and consolidation. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 36, n. 3, p. 359-380, 1984.
- CORDEN, W. M. **The Dutch disease in Australia: policy options for a three-speed economy**. Melbourne: Melbourne Institute of Applied Economic and Social Research, 2012. (Melbourne Institute Working Paper Series, n. 5/12).
- CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming sector and de-industrialization in a small open economy. **Economic Journal**, Great Britain, n. 92, p. 825-848, 1982.
- DASGUPTA, S.; SINGH, A. **Manufacturing, services and premature de-industrialization in developing countries: a kaldorian empirical analysis**. Cambridge: Centre for Business Research/University of Cambridge, 2006. (Working Paper, n. 327).
- DELFIN NETTO, A. A doença está aqui. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º mar. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0103200607.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2013.
- FILGUEIRAS, L. A. M. *et al.* O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. p. 806-830.
- FORSYTH P. J.; NICHOLAS, S. J. The decline of Spanish industry and the price revolution: a neoclassical analysis. **Journal of European Economic History**, Roma, v. 12, n. 3, p. 601-609, 1983.
- FRANKEL, J. A. **The natural resource curse: a survey of diagnoses and some prescriptions**. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School, 2012. (Faculty Research Working Paper Series, n. 12-014).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Produtividade no Brasil nos anos 2000-2009: análise das Contas Nacionais**. Brasília, D. F.: Ipea, 2012. (Comunicados do Ipea, n. 133).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata**. 2013. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2013.
- KALDOR, N. Problems of industrialization in underdeveloped countries. In: KALDOR, N. **Strategic factors of economic development**. Ithaca: Cornell University Press, 1967. p. 134-164.
- KRUGMAN, P. Increasing returns, monopolistic competition, and international trade. **Journal of International Economics**, v. 9, n. 4, p. 469-479, 1979.
- KRUGMAN, P. The narrow moving band, the Dutch disease, and the competitive consequences of Mrs. Thatcher. **Journal of Development Economics**, North-Holland, v. 27, p. 41-55, 1987.
- LOURES, R. R.; OREIRO, J. L. Câmbio, crescimento e competitividade. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/3208622/cambio-crescimento-e-competitividade>>. Acesso em: 8 set. 2013.
- MARCONI, N.; BARBI, F. **Taxa de câmbio e composição setorial da produção: sintomas de desindustrialização da economia brasileira**. São Paulo: FGV, 2010. (Texto para Discussão, n. 255).
- NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OREIRO, J. L. À procura do câmbio. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 out. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/3296526/paper-view>>. Acesso em: 10 out. 2013.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

OREIRO, J. L.; MISSIO, F. Câmbio, crescimento e estrutura produtiva. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/836535/cambio-crescimento-e-estrutura-produtiva>>. Acesso em: 8 set. 2013.

PALMA, G. Four sources of de-industrialization and a new concept of the Dutch disease. In: OCAMPO, J. A. (Ed.). **Beyond reforms, structural dynamics and macroeconomic vulnerability**. Stanford: Stanford University Press, 2005. p. 71-116.

PRATES, D. M. A alta recente dos preços das *commodities*. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 323-344, 2007.

ROMER, P. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. **De-industrialisation and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SCHWARTSMAN, A. Uma tese com substâncias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1908200909.htm>>. Acesso em: 21 maio 2013.

SERRANO, F.; SUMMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 166-202, 2012.

SHAFIADDIN, S. M. **Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization?** Geneva: UNCTAD, 2005. (UNCTAD Discussion Papers, n. 179).

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOLOW, R. M. Contribution to the theory of economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

SQUEFF, G. C. Desindustrialização em debate: aspectos teóricos e alguns fatos estilizados da economia brasileira. **Radar**, Brasília, D. F., n. 21, p. 7-17, ago. 2012.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 33, n. 3, p.433-466, May 2009.

TREGENNA, F. **Manufacturing productivity, deindustrialization and reindustrialization**. Helsinki: UNU-WIDER, 2011 (Working Paper, n. 2011/57).

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World investment report 2004: the shift towards services**. Geneva: United Nations, 2004.

